



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

305ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 04 de julho de 2024

ATA DA 305ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 04 de julho de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	CONTAG – Edjane Rodrigues Silva
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CTB – Rolando Medeiros
SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo	
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	
CONJUR/MPS – Victor Ozêda Alla Bernardino	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRPC/MPS – Tito Calvo Jacheli	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	
SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNI- Wilson Brueckheimer Júnior
CSB – José Avelino Pereira	CNF – Rafael Baldi da Silva
COBAP – Warley Martins Gonçalves	CNC – Hélio Queiroz da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNA – Luiz Fabiano de Oliveira Rosa
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	

Ouvinte/Convidado
CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
ANEPS – Giovanna Perroni
ANESP – Fabíola Orsí
ABBC – Eduardo Barcelos
DIRBEN/INSS – Geovani Batista Spiecker
CGREC/DIRBEN/INSS – José Renato Marais Marinho
Valor Econômico – Jéssica Sant’Ana
Cerimonial – Cícero Laureano

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 305ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Registrou os agradecimentos pelo trabalho e pela colaboração com o CNPS aos conselheiros Bartolomeu Evangelista França, Ariovaldo de Camargo, Carolina Carvalhais Vieira de Melo e Antônio Mário Prattes de Oliveira, que estavam em sua última reunião no Conselho, enfatizando que os conselheiros estavam se desligando devido à legislação. Subsequentemente, anunciou e deu as boas-vindas aos novos membros do CNPS e àqueles que estavam assumindo novas posições: Victor Ozêda Alla Bernardino, Consultor Jurídico Adjunto do Ministério da Previdência Social; José Avelino Pereira, representante suplente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Obede Muniz Teodoro, representante suplente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, representante titular da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Rolando Medeiros, representante suplente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Ari Aloraldo do Nascimento, representante titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e Warley Martins Gonçalves, representante suplente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). Fez uma reflexão acerca da dívida estadunidense, que ultrapassou US\$ 33 trilhões de dólares em setembro de 2023, discriminou que 60% do orçamento do país é destinado aos gastos obrigatórios e 30% aos gastos discricionários, sendo a defesa o maior deles. Analisou brevemente a economia brasileira *versus* a dos Estados Unidos, destacando que ambos são países capitalistas, e lembrou que a realidade do Brasil não pode ser desassociada da realidade mundial. Informou que mais de 40 milhões de brasileiros recebem renda da Previdência Social, indicando que os pagamentos devem ser vistos como investimento do governo, além de mencionar a redução expressiva na fila de espera por benefícios. Reforçou que o dinheiro investido na Previdência retorna em impostos e impacta positivamente no mercado. Após, aprovou-se a ata da 304ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Evolução do Atendimento do INSS à População. O **Sr. Alessandro Stefanutto** afirmou que houve uma evolução concreta em todos os tipos de atendimento à população no INSS. Informou que a gestão recebeu uma fila quase 3 milhões de processos da gestão anterior e que, atualmente, a fila é de apenas um milhão e trezentas mil pessoas, em geral de atendimentos especializados e que requerem interpretação jurídica, dado que há um fluxo mensal de 1 milhão de processos não considerados como fila, por não estarem aguardando há mais de trinta dias. Complementando, o **Sr. Presidente** confirmou que há exceções à média nacional, em que processos estavam aguardando há mais de trinta dias, mas que os motivos são diversos e nem sempre dependem do INSS para serem solucionados. Também reafirmou que a espera nas Regiões Norte e Nordeste são mais longas, uma das questões que pretende combater. Já o **Sr. Alessandro Stefanutto** destacou o aumento das solicitações de Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) e criticou as ações do governo anterior, que limitaram o acesso da população aos

34 benefícios. Com a palavra, o **Sr. Giovani Spiecker** detalhou o tempo de espera do estoque e o reflexo das exigências ao
35 segurado na fila. Apresentou dados sobre o estoque de agendamento de perícia médica presencial, com ênfase para a
36 queda do número de pessoas desde o lançamento do AtestMed. Ato seguinte, o **Sr. Alessandro Stefanutto** reforçou a
37 importância da agilidade na análise do auxílio-doença, que à data estava sendo deferido em menos de trinta dias. A seguir,
38 o **Sr. José Renato Mouzinho** explicou que a redução do estoque significa que o cidadão esperou menos tempo pelo
39 benefício. Apresentou a redução da espera para cada tipo de benefício, comparando os anos de 2021 a 2024 e tendo como
40 base o prazo legal, ao que o **Sr. Presidente** enfatizou que todos os prazos estavam abaixo dos determinados pela lei. Em
41 seguida, o **Sr. Giovani Spiecker** resumiu que foram concedidos 570 mil benefícios em maio, dos quais metade foram
42 auxílios por incapacidade temporária e, portanto, não entraram para a folha do INSS. Então, o **Sr. Presidente** pediu que as
43 próximas apresentações incluam os valores despendidos com os contribuintes e os valores das arrecadações, destacando
44 que as arrecadações do INSS seriam suficientes para cobrir suas despesas, mas que não bastam para cobrir também os
45 benefícios sociais, que deveriam ser de responsabilidade do Tesouro. Dando prosseguimento, o **Sr. Giovani Spiecker**
46 resumiu os contratos celebrados e os descontos de empréstimos consignados, que estavam em crescimento. Sobre o valor
47 mensal da folha, o **Sr. Alessandro Stefanutto** indicou que o crescimento já está estabilizado, após uma forte ascensão
48 gerada pela diminuição da fila e explicou que o crescimento se deu por conta de uma ineficiência anterior na concessão
49 de benefícios. Após, o **Sr. Giovani Spiecker** discorreu acerca do Tempo Médio de Concessão – TMC Bruto e apresentou
50 sua sazonalidade, que permite prever cenários a tempo de se criar ações capazes de alterá-los, evitando um novo acúmulo
51 ou atraso. Já o **Sr. Adroaldo Portal** salientou a situação do Benefício por Incapacidade nos nove meses anteriores à reunião,
52 que passou de um tempo médio de espera de 300 para 13 dias após a instituição do AtestMed, ao que o **Sr. Presidente**
53 lembrou que ainda existem intermediários que levam vantagem sobre os trabalhadores, mas que também estavam
54 perdendo espaço devido à aceleração da fila. O **Sr. Adroaldo Portal** complementou que um terço das pessoas ainda fazem
55 perícia presencial, o que eleva o tempo de espera para 77 dias, mas que, em breve, a porcentagem cairá para apenas 15%
56 dos casos e, futuramente, todas as análises serão via AtestMed. Então, o **Sr. Alessandro Stefanutto** somou que foi
57 identificado um quantitativo de segurados que pedem aposentadoria por invalidez no lugar do auxílio-doença, na tentativa
58 de burlar o sistema e receber pagamentos por mais tempo, sendo que o **Sr. Adroaldo Portal** explicou que, no dia da
59 reunião, o sistema estava em atualização para aceitar a perícia presencial para aposentadoria por invalidez apenas nos
60 casos em que o AtestMed confirmasse que foi orientado no Atestado Médico que o trabalhador de fato estava
61 permanentemente impedido de cumprir suas funções laborais. Por fim, o **Sr. Giovani Spiecker** explicou o índice Idade
62 Média do Estoque, que em maio foi de 65 dias em média e cujo objetivo é chegar em 30 dias até o final de 2024. Ato
63 seguinte, o **Sr. Presidente** anunciou que, a partir de agosto de 2024, o INSS começaria a checar 800 mil benefícios com
64 algum indício de irregularidade, fraude ou que precisam de conferência da data de validade. Iniciando as manifestações
65 dos conselheiros, o **Sr. Rolando Medeiros** relatou o aumento de casos de crianças no espectro autista e cujas famílias
66 estão em busca do BPC-LOAS e contou que tem observado a dificuldade dos beneficiários em utilizar a lupa para anexar
67 documentos no *site* do MeuINSS, o que os leva a procurar as agências para conseguir orientação. O **Sr. Presidente**
68 esclareceu que o aumento da procura é resultado da aceleração dos atendimentos, que gera divulgação espontânea da

69 própria população, e explicou que um sistema de unificação de informação entre o INSS e os cartórios iria ser
70 implementado na semana seguinte, o que abrangeria tanto dados de nascimento e óbito quanto de deficiências
71 apresentadas ao nascimento, também inibindo possíveis fraudes. A seguir, o **Sr. Rolando Medeiros** expressou sua
72 preocupação com uma possível greve dos servidores do INSS a partir do dia 16 de julho e com as negativas do Ministério
73 da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI para as pautas apresentadas, solicitando ajuda do Sr. Presidente para
74 mitigar atrasos e problemas. Sobre o MGI, o **Sr. Presidente** lembrou que o Ministério é responsável pela intermediação
75 com todo o orçamento público, relação que deve ser respeitada, mas que o diálogo entre as pastas seria fundamental e
76 estava sendo encaminhado. Dando continuidade, o **Sr. Gerson Maia** parabenizou a evolução na concessão de benefícios
77 e discorreu acerca do BPC-LOAS, detalhando que as pessoas com deficiência precisam de duas perícias, a assistencial e a
78 médica, o que justifica o prazo ser mais longo. Ainda, tratou sobre o Perfil Profissional Previdenciário – PPP, que aumenta
79 o tempo de espera pela concessão da aposentadoria, e destacou o precatório retido pelo governo anterior e liberado em
80 janeiro de 2024. Ato contínuo, o **Sr. Presidente** pediu licença, pois precisaria se ausentar para comparecer a uma reunião
81 com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e passou a Presidência da reunião ao **Sr. Wolney Queiroz**. A seguir, a **Sra. Edjane**
82 **Rodrigues** reconheceu os avanços, mas apontou instabilidades nas plataformas e lembrou das especificidades das regiões
83 rurais, cujos segurados estavam sofrendo com indeferimentos indevidos, tanto por conta do sistema quanto da perícia e
84 pedindo que sejam feitos treinamentos específicos para este público-alvo. Em resposta, o **Sr. Wolney Queiroz** afirmou que
85 o Ministério da Previdência Social - MPS estava ciente da instabilidade no sistema e buscando formas de solucionar o
86 problema, além de dizer que o sistema deve indeferir pedidos, mas que é preciso transparência sobre os motivos.
87 Retomando a questão do PPP, o **Sr. Benedito Brunca** esclareceu que o AtestMed engloba a avaliação, que o prazo de
88 análise não passa dos 60 dias e lembrou do PPP eletrônico, demanda que chega através do E-Social e que deverá surtir
89 efeito gradualmente. Somou que o grande desafio a ser enfrentado é o enquadramento em atividade especial feito por
90 parte do empregador. Encerradas as contribuições, passou-se ao próximo item de pauta: Acordos Internacionais de
91 Previdência Social. Em posse da palavra, o **Sr. Benedito Brunca** expôs o conceito dos Acordos Internacionais de Previdência
92 Social, que englobam três tipos de cobertura: aposentadoria por idade, aposentadoria por incapacidade permanente e
93 pensão por morte, e servem como base mínima para as celebrações, porém outros benefícios podem ser abrangidos.
94 Explicou que, nestes casos, cada país faz o seu cálculo e consideram apenas os períodos decorrentes das contribuições
95 feitas em seu território. Esclareceu os casos de deslocamento temporário, onde o segurado trabalha em outro país, mas
96 segue contribuindo para o INSS, o que evita a bitributação. Arrazoou que os acordos podem beneficiar os 1,8 milhões de
97 estrangeiros que trabalham no Brasil e 4,6 milhões de brasileiros que trabalham em outros países, sendo que o país possui
98 19 Acordos Internacionais bilaterais de Previdência Social em vigor e visa a conquistar mais 11, cobrindo quase a totalidade
99 de brasileiros no exterior. Ato seguinte, tratou os acordos multilaterais, o Acordo do Mercosul e o Acordo Iberoamericano,
100 ao passo que sempre é aplicada a regra do acordo mais vantajoso, caso haja um país em que mais de um acordo é válido.
101 Além disso, indicou os acordos em fase de ratificação, os que estavam aguardando assinatura dos Presidentes e listou os
102 países com perspectivas de novos acordos. Reforçou que os acordos não alteram as legislações dos países, e sim
103 harmonizam as legislações no sentido de buscar a totalização para os benefícios do rol mínimo de cobertura. Em seguida,

104 a **Sra. Maria da Conceição**, da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, apresentou a estrutura
105 do INSS que atende os Acordos Internacionais, sendo que os países beneficiários foram divididos entre sete Agências de
106 Previdência Social – APSAI pelo Brasil. Explicou os interesses e como se iniciam as negociações dos Acordos, assim como
107 os requerimentos de benefícios no âmbito dos Acordos, tanto para quem reside no Brasil quanto fora. Elucidou o papel
108 dos organismos de ligação, situados dentro da previdência social de cada país, que fazem a legitimação da documentação
109 e envio para o outro país envolvido, mas acrescentou que o requerimento pode ser feito em qualquer agência, não
110 necessariamente na APSAI especializada. Esclareceu que cada agência de ligação trata apenas dos países do seu escopo,
111 por questões de segurança, organização e para aprimoramento dos funcionários, tanto no idioma quanto nos
112 procedimentos, uma vez que os Acordos não são padronizados. Relatou que não necessariamente as partes dos benefícios
113 de ambos os países são concedidas simultaneamente, mas sim de acordo com cada legislação. Seguiu mencionando os
114 pormenores gerais dos Acordos, como o cômputo dos períodos de contribuição, os valores dos benefícios e a validação
115 dos dados, destacando que não há compensação previdenciária entre países. Sobre o terceiro país, disse que só é aplicada
116 a regra quando expressa no Acordo, o que não é obrigatório. Apresentou o sistema de análise de benefício no Brasil,
117 detalhou as regras do deslocamento temporário, que depende de um certificado emitido pela agência correspondente, e
118 contou como são feitos os pagamentos, com ênfase no comprovante internacional, que seria disponibilizado nos meses
119 subsequentes. Seguindo para as colaborações, o **Sr. Rolando Medeiros** questionou como são feitos os pagamentos de
120 menos de um salário mínimo, o que não é permitido por lei, e perguntou o tempo médio para concessão, ao que o **Sr.**
121 **Benedito Brunca** lembrou que se trata de um pagamento de *pro rata*, da proporção da contribuição. Sobre o tempo de
122 concessão, a **Sra. Maria da Conceição** disse que a média é de seis meses, porém, que depende do país acordante e não há
123 prazo definido.

124

125 III – ENCERRAMENTO

126 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Wolney Queiroz** deu por encerrada a 305ª Reunião
127 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu,
128 Thalyta Caroline, Secretário-Executivo do CNPS, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será aprovada
129 pelo Colegiado. Brasília, 04 de julho de 2024.